

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: CONTRATO 07/2020

PROCESSO: PE Nº 2917/2019

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão eletrônico nº 005/2020

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para execução de serviços de controle integrado de pombos para controlar as populações de pombos que infestam as áreas do Porto, minimizando o risco à saúde humana e ao ambiente portuário; prevenir a presença de pombos ocasionais; e monitorar os resultados alcançados e produzir estatísticas sobre a efetividade do serviço de controle de pombos em toda área pública do Porto Organizado de Vitória.

CONTRATADO: CG CONSULTORIA EM NEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE LTDA.

CNPJ: 11.394.929/0001-69

VALOR DO CONTRATO: \$170.395,00 (cento e setenta mil e trezentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: 12 meses a partir do dia 04 de maio de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 04 de maio de 2020.

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 9/2020

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 20/04/2020 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para segurar bens da Companhia Docas do Espírito Santo CODESA nos ramos de incêndio e riscos diversos, à risco relativo, para os bens móveis, os bens imóveis e equipamentos de propriedade da CODESA situados em Vitória/ES e Vila Velha/ES. Os bens que compõem o objeto estão localizados nas áreas administradas diretamente pela CODESA, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

MARIA REGINA COMPASSI DA COSTA
Pregoeira

(SIDEC - 04/05/2020) 399002-00001-2020NE999999

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO

Documento Digital: 10809/2020. Espécie: Celebração de Contrato de Autorização de Uso Onerosa DIPRE-DINEG/07.2020, celebrado em 14/04/2020, entre a UNIÃO, por intermédio da SANTOS PORT AUTHORITY SPA e a LOUIS DREYFUS COMPANY S/A - LDC. Objeto: autorização para utilização de área de 2.000 m², situada na Margem Direita do Porto de Santos, bairro Santos - Santos/SP, visando única e exclusivamente a montagem de equipamentos de navios. Fundamentação: autorização da Diretoria-Executiva da SPA, nos termos do deliberado em sua 2029^a Reunião Extraordinária, realizada em 14/04/2020. Signatários: pela SPA: Sr. Casemiro Tercio dos Reis Lima Carvalho, Diretor-Presidente, e pela LDC os procuradores: Sr. Kauan Rodrigues Torci e o Sr. Ricardo Rosso Correa.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

No aviso de licitação, Pregão Nº 5/2020 publicado no D.O.U de 22/04/2020, Seção 3, Pág. 76 , Onde se lê: Processo nº: 3230/2109. Leia-se: Processo nº: 3230/2019.

(SIDEC - 04/05/2020) 399005-39814-2020NE242200

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2020

Contrato nº 022/2020; Partes: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN - CNPJ nº 34.040.345/0001-90 e JOÃO BATISTA BEZERRA DOS SANTOS, inscrito no CNPJ sob o nº 24.042.885/0001-50; Objeto do Contrato: prestação de serviços de manutenção do balizamento e sinalização do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Natal/RN; Precio: R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais); Prazo: 12 (doze) meses; Dotação Orçamentária: 2.205.900,00 - Outros Serviços de Terceiros; Data da Assinatura: 30/04/2020; Signatários: ELIS TREIDLER ÓBERG, Diretor Presidente; e FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES, Diretor Técnico-Comercial; pela Contratante, JOÃO BATISTA BEZERRA DOS SANTOS, pela Contratada.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2020 - UASG 200005

Nº Processo: 08001003286201903.

INEXIGIBILIDADE Nº 4/2020. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. CNPJ Contratado: 62652961000138. Contratado : AGENCIA ESTADO S.A. -Objeto: Contratação de licenciamento de conteúdos noticiosos especializados, com cobertura do cenário político e jurídico. Fundamento Legal: Lei nº 8.666, de 1993 . Vigência: 01/05/2020 a 01/05/2021. Valor Total: R\$7.693,20. Fonte: 100000000 - 2020NE800293. Data de Assinatura: 30/04/2020.

(SICON - 04/05/2020) 200005-00001-2020NE800253

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Processo nº 08129.010733/2019-36 - Edital de Credenciamento nº 01/2020. A Comissão Especial de Credenciamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, designada Portaria nº 264, de 06 de novembro de 2019, da Coordenação Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2019, alterada pela Portaria nº 49, de 11 de fevereiro de 2020, da Coordenação Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2020, convoca os leiloeiros credenciados para a sessão pública de sorteio dos bens imóveis (alienação administrativa), nos termos do item 12 da tabela do subitem 12.1.3 do instrumento convocatório para os Estados do Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia. A sessão pública ocorrerá no dia 08 de maio de 2020, às 9h, na sala 208 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Zona Cívica Administrativa de Brasília/DF, CEP: 70064-900. Nos termos do referido Edital, o sorteio será realizado de forma não eletrônica e acontecerá independentemente da presença dos leiloeiros, que estarão livres para participar de todas as etapas do evento. Maiores informações: <https://legado.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/credenciamento/2020>.

ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS
Comissão Especial de CredenciamentoRESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 6/2020

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio de sua pregoeira torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 06/2020. Sagrou-se vencedora a empresa VETRE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA CNPJ nº 35.652.184/0001-59. Mais informações podem ser obtidas por meio do site eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.justica.gov.br

LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO
Pregoeira

(SIDEC - 04/05/2020) 200005-00001-2020NE800253

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 7/2020

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio de sua pregoeira, torna público o Resultado de Julgamento do Pregão Eletrônico nº07/2020. Sagrou-se vencedora a empresa EUNICE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA inscrita no CNPJ sob nº 11.311.279/0001-40. Mais informações podem ser obtidas por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.novo.justica.gov.br

LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO
Pregoeira

(SIDEC - 04/05/2020) 200005-00001-2020NE800253

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

EDITAL Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2020

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL E DE AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN), no uso das atribuições legais que lhe conferem a Portaria nº 77, de 17 de janeiro de 2020, e a Portaria nº 115, de 27 de janeiro de 2020, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 675, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, na Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e suas alterações, na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e suas alterações, na Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, e no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, torna pública a realização de concurso público para o provimento de vagas nos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Agente Federal de Execução Penal do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) e pelo DEPEN.

1.2 A seleção para os cargos de que trata este edital será realizada em duas etapas que, para fins deste edital, equiparam-se as fases citadas no art. 137 da Lei nº 11.907/2009 e no art. 77 da Lei nº 7.210/1984.

1.3 A seleção para os cargos de que trata este edital será realizada em duas etapas, conforme especificado a seguir.

1.3.1 A primeira etapa compreenderá as seguintes fases:

a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebraspe, com o apoio do DEPEN;
b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do Cebraspe, com o apoio do DEPEN;
c) exame de aptidão física, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe, com o apoio do DEPEN;
d) avaliação de saúde, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe, com o apoio do DEPEN;
e) avaliação psicológica, de caráter eliminatório, de responsabilidade do Cebraspe, com o apoio do DEPEN;
f) investigação social, de caráter eliminatório, de responsabilidade do DEPEN, com apoio do Cebraspe.

1.3.2 A segunda etapa do concurso consistirá no curso de formação profissional (CFP), de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade do DEPEN, com apoio do Cebraspe, a ser realizado em local previamente indicado no edital de convocação para essa etapa.

1.4 Todas as fases da primeira etapa, a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros serão realizadas nas 26 capitais das unidades da Federação, no Distrito Federal e nas cidades de Catanduvas/PR e Mossoró/RN.

1.4.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas localidades de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades.

1.4.2 O candidato deverá, obrigatoriamente, realizar todas as fases da primeira etapa, a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros na localidade escolhida na solicitação de inscrição para a realização das provas objetivas e discursiva.

1.5 Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/1990, e suas alterações).

1.6 Todos os prazos e horários referentes ao concurso observarão o horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS CARGOS

2.1 NÍVEL SUPERIOR

2.1.1 CARGO: ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: realizar atribuições voltadas às atividades de classificação e assistência material, educacional, social e à saúde do preso, internado ou egresso, conforme Lei nº 11.907/2009.

REMUNERAÇÃO: R\$ 5.865,70 (R\$ 4.361,30 referentes ao vencimento básico, acrescido de R\$ 1.046,40 referentes à Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada, de que trata a Lei nº 11.907/2009, e de R\$ 458,00 referentes ao auxílio-alimentação).

CARGO 1: ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL - ÁREA:

ENFERMAGEM

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.

CARGO 2: ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL - ÁREA:

MÉDICO CLÍNICO

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no órgão de classe.

CARGO 3: ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL - ÁREA:

MÉDICO PSIQUIATRA